

Quando se fala em adoção de idosos, um clássico machadiano vem à tona: Dom Casmurro, em cujo enredo se acha a casa dos três viúvos, parentes entre si, que reciprocamente se assistem. Literatura à parte, há hoje no Brasil um sem-número de idosos abandonados à própria sorte, o que tem fomentado a possibilidade da adoção. As opiniões, contudo, se dividem: parte da sociedade, firme no texto frio da lei, posiciona-se contra a adoção de idosos, ao fundamento de que a família é que compete zelar por eles; outra parte, mais lúcida, acena em favor da adoção, haja vista o caráter humanitário da medida. Assim, é tempo de as instituições atentarem aos mais longevos, suprimindo lacunas da legislação, com vista a torná-los atores sociais plenos de direitos.

Nesse sentido, adotar um idoso requer a somatória de recursos materiais, disponibilidade e empatia – por motivos óbvios, tais atribuições competem à família. Entretanto, estudos assinados por gerontologistas, psicólogos e demais profissionais ligados às ciências sociais nos dão conta de que o número de idosos abandonados pela família tem crescido vertiginosamente nos últimos anos. Nesse ínterim, repudiam-se posicionamentos contrários à adoção, tendo em vista o perfil, muitas vezes, criminoso e incorrigível da família que torna invisível seu próprio idoso.

Enquanto isso, considerando o caráter humanitário da adoção, ministérios e casas legislativas têm trabalhado incansavelmente em favor do aprimoramento das leis, a fim de que o processo de adoção de idosos desassistidos seja aperfeiçoado, quer seja porque as casas de repouso estejam superlotadas, quer seja porque o relógio, impiedoso, corre em desfavor, sobretudo, da população idosa. Assim, o quanto antes chegarem a ela os cuidados que lhes são necessários, a sociedade se firmará mais inclusiva e mais atenta aos direitos humanos, mundialmente invocados. Para além da ficção machadiana, idosos, viúvos ou não, devem ser mais bem assistidos.

Portanto, para resolver a questão em torno da adoção de idosos, representantes das diversas esferas sociais devem agir em parceria: às escolas, por meio da inserção do tema nas diversas áreas humanas, cabem conscientizar os alunos acerca da necessidade de assistir os idosos, quer da família, quer do convívio social, a fim de que, no futuro, o cuidado com o idoso não seja objeto de discussão, mas de consenso. Por seu turno, as casas legislativas devem promover audiências públicas, instrumento de participação popular, com a finalidade de discutir, aditar e, finalmente, levar à sanção presidencial projetos de leis pertinentes à adoção de idosos, até porque os dispositivos legais devem atender aos justos anseios sociais.